



Mediação dialética da leitura: formação de leitores e a construção do conhecimento mediato

Dialectical reading mediation: education of readers and the construction of mediate knowledge

Ana Amélia Lage Martins ^{a,*} 

Fabíola Ribeiro Farias ^b 

RESUMO: Tomando como mote o livro de imagens Zoom, clássico do húngaro Istvan Banyai publicado originalmente para o segmento infantil, o artigo discute a mediação da leitura em bibliotecas a partir da dialética, fundamentada sobretudo no materialismo histórico e na pedagogia histórico-crítica. Constrói e apresenta a ideia de mediação da leitura como um processo comprometido com participação dos sujeitos na cultura escrita, a criação de condições para produção do conhecimento mediato e, em termos mais amplos, a realização ontológica dos sujeitos. Destaca a ideia de mediação dialética como um caminho de reflexão sobre a própria prática mediadora, em suas dimensões singular, particular e universal, e como uma alternativa de abordagem teórico-prática de formação de leitores que dialoga com compreensões de mediação comprometidas com a desalienação, a formação e a emancipação humanas.

Palavras-chave: Mediação da Leitura; Mediação Dialética; Bibliotecas Públicas; Conhecimento Mediato.

ABSTRACT: Taking as its motto the picture book Zoom, a classic by Hungarian Istvan Banyai originally published for the children's segment, the article discusses reading mediation in libraries based on dialectics, grounded mainly in historical materialism and historical-critical pedagogy. It constructs and presents the idea of reading mediation as a training process that must be committed to the participation of subjects in the written culture, the creation of conditions for the production of mediated knowledge, and, in broader terms, the ontological realization of subjects. It highlights the idea of dialectical mediation as a way to reflect on the mediating practice itself, in its singular, particular and universal dimensions, and as an alternative theoretical and practical approach to reader training that dialogues with understandings of mediation committed to human disalienation, formation, and emancipation.

Keywords: Reading Mediation; Dialectical Mediation; Public Libraries; Mediate Knowledge.

^a Departamento de Processos Técnico-Documentais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

^b Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

* Correspondência para/Correspondence to: Ana Amélia Lage Martins. E-mail: ana.martins@unirio.br. Endereço/Address: Unirio – Avenida Pasteur, 458, Urca, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Recebido em/Received: 24/03/2023; Aprovado em/Approved: 07/05/2023.

Artigo publicado em acesso aberto sob licença [CC BY 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) 

Publicado originalmente para crianças, *Zoom* faz aos leitores de todas as idades convites para pensar e olhar o mundo de modo fundamentalmente dialético, isto é, como um todo dinâmico e contraditório composto por totalidades parciais, cuja compreensão varia de acordo com o movimento de aproximação, distanciamento e conexão que empreendemos.

A relação entre partes e todo, materializada em uma escrita híbrida composta por texto verbal e imagens no espaço e na materialidade das páginas (Linden, 2011), está no cerne do livro ilustrado, termo mais utilizado no Brasil em referência ao que em inglês se chama *picturebook* e na França, na Espanha e em Portugal é chamado de livro-álbum. Por realizar de modo exemplar o movimento de aproximação e de distanciamento que orienta e desconstrói, a cada virada de página, a compreensão de sua narrativa, *Zoom* nos possibilita uma leitura plena de sentido para pensar as mediações na biblioteca como operações que estimulam a passagem do conhecimento imediato ao conhecimento mediato sendo, por isso, tomado neste trabalho como mote da discussão.

Partindo da proposta estética e filosófica desta obra composta integralmente por imagens, o artigo apresenta, de forma introdutória, a ideia de mediação da leitura em bibliotecas, compreendendo-a epistemológica e metodologicamente a partir da dialética como um processo de formação de leitores orientado à participação na cultura escrita, à construção do conhecimento mediato e à desalienação das mediações que, sobretudo no contexto atual, dificultam a realização ontológica dos indivíduos.

AS MEDIAÇÕES NAS BIBLIOTECAS

As bibliotecas – públicas, comunitárias, escolares – reproduzem, em escalas ampliadas, os convites feitos pelo livro supracitado. Na reunião de diversas e muitas autorias, sistemas de pensamento e experimentações estéticas, em distintas línguas, podem criar possibilidades de conhecimento do mundo para seus leitores e suas leitoras, disponibilizando e aproximando, sem apagar seus conflitos e horizontes de disputas, a produção intelectual da humanidade registrada ao longo do tempo e no espaço.

Dizemos “podem criar” e não “criam” porque há, entre a potência e a realização, um caminho a ser percorrido, que requer projeto político, fundamentação conceitual, escolhas metodológicas e ações sistemáticas, com buscas e alcances individuais e coletivos. Tal projeto se realiza, mais que no discurso, no cotidiano da biblioteca, em como ela abre suas portas e se oferece à comunidade que atende.

Por sua arquitetura, definição de seu público, princípios que ordenam suas coleções, pelas opções tecnológicas que determinam a acessibilidade e a materialidade dos textos, assim como pela visibilidade das escolhas intelectuais que organizam sua classificação, toda biblioteca dissimula uma concepção implícita da cultura, do saber e da memória, bem como da função que lhes cabe na sociedade de seu tempo (Jacob, 2008, p. 10).

Cada livro constante no acervo, os títulos selecionados para destaque em expositores, os recortes temáticos e os formatos escolhidos para atividades, a flexibilidade ou as interdições presentes nas regras de funcionamento, o nível de dedicação dos profissionais aos leitores, tanto no atendimento de demandas quanto na ação propositiva e, especialmente, a intensidade dos esforços para atender mais pessoas de forma inclusiva materializam entendimentos das funções que a biblioteca assumiu como suas.

Há alguns anos, um aspecto que perpassa todas as formas de realização da biblioteca se destaca e se impõe à reflexão: as mediações. Por sua polissemia, o termo, bastante presente na pesquisa em Ciência da Informação nas últimas décadas, foi apropriado pela atuação profissional e pelas práticas no campo da leitura e da formação de leitores. A ampliação do número de projetos e de ações de promoção da leitura, impulsionada por políticas públicas federais que se mostraram no Brasil frágeis depois de uma década e meia (2000-2015) de importantes conquistas, também demandou a nomeação dos muitos agentes que se dedicam ao tema, tanto em bibliotecas quanto em outros espaços onde se desenvolvem atividades culturais e educacionais em torno do livro e da leitura. Coube ao termo mediação esse acolhimento, que conferiu às pessoas que atuam na área, sejam elas professoras, bibliotecárias ou agentes culturais, a condição de mediadoras de leitura.

De maneira ampla, podemos dizer que o entendimento orientador da mediação nas bibliotecas se fundamentou, em primeiro momento, na concepção do ato mediador como ponte de ligação entre as crianças e os livros, entre os usuários em geral e o espaço da biblioteca, especialmente da biblioteca pública. Na década de 1980, quando a categoria mediação começa a se integrar de modo mais sistemático ao quadro teórico das Ciências Sociais, da Comunicação e da Educação, essa ponte passa a designar, na Biblioteconomia brasileira, ações que tinham em vista transformar o “não-público” em público e a “biblioteca tradicional” em “biblioteca-ação cultural” (Flusser, 1980).

A noção de mediação que vai despontando neste momento parte de uma inspiração na pedagogia de Paulo Freire, que compreende a educação como experiência comprometida com a emancipação dos grupos sociais oprimidos. Na perspectiva freiriana, a existência concreta, individual e coletiva, dos sujeitos, objetivada pelos processos educacionais formais, seria o principal elemento de mediação com o mundo e a ancoragem da formação de consciência.

A educação assim compreendida torna-se mediação para a ação transformadora do mundo e, vice-versa, o diálogo reflexivo sobre a ação, sobre a realidade torna-se mediação educativa. A prática e os saberes da experiência dos sujeitos são os pontos de partida – “seu aqui” para chegar ao “lá”. (Adams, 2010, p. 257).

Também fizeram parte desse momento de disseminação da mediação na Biblioteconomia os estudos franceses de animação cultural, que contribuíram para aproximar as noções de mediação, ação cultural, animação cultural (Sperry, 1987) e mediação cultural, relacionadas para designar uma mudança proclamada como

necessária, tanto para as bibliotecas quanto para os bibliotecários. Quando, na década de 1990, o bibliotecário é convocado a assumir um novo papel, o de mediador, quatro principais entendimentos estão postos: 1) que era preciso ampliar o conceito de cultura tradicionalmente adotado pelas bibliotecas, para contemplar a linguagem do “público excluído”; 2) que a biblioteca deveria ser uma instituição não apenas de acervos, livros e literatura “canônica”, mas também de outras formas de expressão e espaço da convivência comunitária; 3) que a disseminação das novas tecnologias de informação e comunicação trazia inúmeras transformações à prática profissional dos bibliotecários, que necessitavam desenvolver outras competências; 4) que as bibliotecas públicas deveriam ser meios para a cidadania e para a consolidação das democracias.

Na esteira da proposta epistemológica latino-americana de Martín-Barbero, dos estudos culturais ingleses e da perspectiva das redes de Bruno Latour, a mediação também passou a ser contemplada como uma categoria fundamentalmente implicada nos processos de comunicação, interpretação, negociação, disputa e apropriação de sentidos nas relações dos sujeitos e grupos com informações, obras de arte, discursos, instituições, dispositivos tecnológicos. Cumpre ressaltar que este momento é marcadamente de transformação paradigmática nos estudos da Comunicação latino-americanos, que tiveram seus modelos de leitura positivistas, funcionalistas, transferenciais tensionados com a emergência de uma “epistemologia das mediações”, o que incide diretamente no campo da Ciência da Informação e da Biblioteconomia brasileiras.

A compreensão da mediação vinculada aos processos de produção de sentidos e conhecimentos pela interveniência de um elemento terceiro (Davallon, 2010) e a partir de relações complexamente estabelecidas (entre atores, documentos, meios técnicos, sistemas simbólicos, tipologias mediáticas, dispositivos) é a que mais ganhou estabilidade nos discursos sobre as mediações da leitura, da cultura e da informação no Brasil. Embora esta tenha se formulado como uma inflexão às primeiras concepções que pensavam a mediação como simples ponte ou aproximação, ambas têm como ponto convergente a demarcação de uma função precípua para a mediação.

Esta função pode ser tanto a aproximação entre o público e os objetos culturais (Coelho, 1999), a apropriação da informação e de bens simbólicos (Rasteli; Calvacante, 2014), quanto a satisfação das necessidades informacionais dos sujeitos que podem ter as condições ampliadas para exercer sua cidadania ou o protagonismo social (Almeida Júnior, 2015; Gomes, 2020). A mediação é, assim, uma ação e uma prática cuja finalidade é a transformação, tanto dos sujeitos quanto da realidade social, atravessando todos os campos de ação da Biblioteconomia.

Ainda que compartilhem desse entendimento, os usos do termo mediação nos estudos informacionais e biblioteconômicos são, como sinaliza Gomes (2020), algumas vezes feitos:

sem a formulação de proposições teóricas específicas do campo; em outras a literatura apresenta apenas a adoção do termo, sem

adentrar em reflexões mais focalizadas no campo informacional, ou ainda, opta por uma discussão de cunho sociológico e antropológico sem, contudo, formular proposições articuladoras desses enfoques àqueles voltados diretamente ao campo da Ciência da Informação, de modo que pesquisadores e profissionais da área tenham a oportunidade de discutir e compreender a mediação no contexto informacional (Gomes, 2020, p. 10)

Essa imprecisão conceitual, aliada ao grande alcance do termo e aos desdobramentos produzidos por seus usos, não apenas reverbera no cotidiano das bibliotecas, como torna imprescindível demarcar o terreno epistemológico que sustenta nosso entendimento acerca da mediação quando a vinculamos à leitura.

MEDIAÇÃO: O FUNDAMENTO DIALÉTICO

Por ser um conceito de trajetória transdisciplinar, é possível compreender a mediação de diversas maneiras, assim como acontece com a cultura, a informação e mesmo a leitura. Dentre as possibilidades de fundamentação da mediação na Ciência da Informação e Biblioteconomia, a dialética se apresenta como uma alternativa epistemológica e metodológica que dialoga com distintas perspectivas que compartilham o entendimento de que a mediação é categoria posta para pensar a realidade e para transformá-la.

A dialética é um marcador importante no desenvolvimento progressivo da ideia de mediação, como aponta Martins (2019), porque foi no âmbito de sua moderna acepção, no século XIX, que o termo se desenvolveu como categoria ao estruturar o sistema lógico-ontológico hegeliano. Isso fez com que a “paternidade intelectual da categoria” (Pontes, 1996, p. 13) fosse frequentemente atribuída a Hegel, filósofo responsável por estruturar a dialética como as leis do movimento da realidade, e, ao mesmo tempo, do pensamento que pensa a realidade, sistema do qual, mais tarde, partirá Karl Marx.

Esse sistema toma como princípio fundamental o entendimento de que a existência de tudo se dá a partir de um movimento, um processo contínuo que é um processo real, historicamente constitutivo e, ao mesmo tempo, lógico, cujo motor é a contradição.

Se tudo o que existe se desenvolve pelo movimento e pela contradição, torna-se necessário um raciocínio que, também se desenvolvendo de maneira integrada ao real, organiza-se pelo movimento e pela contradição. Assim, podemos afirmar que na dialética a mediação, como outras, é uma categoria necessariamente histórica e lógica, ou seja, ela compreende tanto uma operação que existe no processo real quanto uma operação intelectual, um percurso lógico necessário para apreender o movimento deste real, para torná-lo cognoscível.

Neste sistema, a categoria também é marcada por uma dimensão fundamentalmente ontológica, ou seja, está relacionada à existência e ao desenvolvimento do Ser.

Na perspectiva do materialismo histórico, o processo de constituição do gênero humano, ou seja, a transformação do ser meramente biológico em ser social, contou com a mediação imprescindível do trabalho, uma vez que foi por meio da relação entre humanos e natureza mediada pelo trabalho que a satisfação das necessidades humanas, orientada não mais pela lógica instintiva do animal, mas por uma ação conscientemente direcionada a um fim, se tornou possível (Martins; Marteleto, 2021). O trabalho¹ e seus instrumentos são, assim, formas de mediações fundamentais para que o ser social exista ou, em outros termos, a condicionante da existência humana, em todas as épocas, a partir da qual se constitui o ser social (Marx, 2008). Da mesma maneira, a linguagem também pode ser compreendida como uma mediação ontológica fundamental, na medida em que permitiu aos homens e mulheres elaborarem o mundo objetivo e a si.

Ocorre, como Marx tratou de demonstrar, que os modos historicamente determinados de realização destas mediações, sob o capitalismo, tiveram frequentemente como fim não a realização dos sujeitos, em sua dimensão ontológica, mas os processos de acumulação do capital e de reprodução do sistema capitalista. Isso fez com que as mediações também fossem, neste sistema, profundamente desumanizadoras, tal como acontece com o trabalho (Martins; Marteleto, 2021). É neste sentido que podemos distinguir as “mediações de primeira ordem”, ou seja, aquelas que se colocam em primeiro momento entre homens e mulheres e a natureza para a satisfação das necessidades visando assegurar a reprodução sociometabólica da espécie humana, das “mediações de segunda ordem”, isto é, aquelas que impedem a realização das potencialidades humanas, as mediações alienadas e alienantes (Mészáros, 2002)². A perspectiva dialética evidencia, neste sentido, um duplo caráter da mediação: não apenas como operações que possibilitam a realização ontológica dos sujeitos, mas como aquelas que a interditam.

As mediações de segunda ordem assumem formas histórico-sociais que passam a mediar as relações entre sujeitos, dando a elas um aspecto de naturalidade. Um exemplo emblemático é a forma-mercadoria que, em sua imediatez, se mostra uma “coisa óbvia, trivial” (Marx, 2008, p. 110), um objeto destinado a suprir determinadas necessidades humanas. Foi, no entanto, perseguindo as mediações da mercadoria que Marx pôde demonstrar ser esse objeto elementar da vida, na sua essência, a apropriação pelo capital de trabalho não pago, uma apropriação possibilitada pela

¹ A ontologia marxiana é a base da ideia de mediação na pedagogia histórico-crítica. Nela: “a centralidade da categoria de mediação deriva diretamente da centralidade do trabalho, que é o processo pelo qual o homem, destacando-se da natureza entra em contradição com ela necessitando negá-la para afirmar sua humanidade. Dessa forma, um ser natural, o homem, torna-se obrigado, para existir, a produzir sua própria vida agindo sobre a natureza e transformando-a. Nessa relação metabólica a natureza se apresenta ao mesmo tempo como o meio no qual o homem vive e como o meio pelo qual ele vive” (Saviani, 2015, p. 33).

² “As mediações de segunda ordem do capital são os meios alienados de produção e suas ‘personificações’; o dinheiro; a produção para troca; as variedades da formação do Estado pelo capital em seu contexto global; o mercado mundial que sobrepõem-se, na própria realidade, à atividade produtiva essencial dos indivíduos sociais e na mediação primária entre eles”. (Mészáros, 2002, p. 71).

forma particular de realização do trabalho nas sociedades que produziam a forma-mercadoria, fundada no estabelecimento de determinadas relações sociais que:

transformam aquilo que seria humanização em seu oposto, ou seja, em alienação [...] a realização efetiva do trabalho em desefetivação do trabalhador, transformam a objetivação em perda do objeto e servidão ao mesmo, posto que o objeto assume a forma de capital (Saviani; Duarte, 2010, p. 427).

Assim, nestas sociedades, livros, informações, bens culturais, modos de consumo, meios de comunicação, instituições, práticas sociais, leis, assumem formas (mediadoras) que cumprem a tarefa de ajustar o trabalho ao capital, o campo da produção ao das relações sociais, isto é, se tornam meios de reprodução da lógica sistêmica capitalista, que requer não apenas trabalhadores e consumidores, mas sujeitos cognitiva e subjetivamente adaptados a ela.

É neste sentido que diferentes propostas de mediação da leitura e da informação que têm em vista a resistência a esta lógica podem ser compreendidas como orientadas à desalienação. Este é, a nosso ver, um ponto convergente entre a concepção dialética da mediação e diferentes entendimentos que pensam as mediações nas bibliotecas como vias de desenvolvimento humano e emancipação, ou seja, de resistência às mediações de segunda ordem.

Se não é possível acessar imediatamente a essência subjacente às diversas formas, um percurso racional que saia da imediatez de suas expressões, ou sua aparência, se torna premente. Deste modo, a ideia de mediação supõe um caminho, um método de conhecimento que pode ser vislumbrado no livro *Zoom*: um percurso orientado pelo movimento, pela contradição e pela totalidade, que parte do conhecimento imediato ao conhecimento mediato.

Este percurso nos permite pensar de maneira complexa sobre diferentes fenômenos e objetos da realidade, incluindo a nossa própria ação mediadora.

MEDIAÇÃO DA LEITURA EM BIBLIOTECAS: CONSTRUINDO UMA ABORDAGEM DIALÉTICA

Qualquer proposição que eleja dialética como epistemologia e método do conhecimento deve ser construída levando-se em consideração seu sistema categorial, constituído fundamentalmente pela articulação entre as categorias contradição, historicidade, totalidade, forma-conteúdo, essência-aparência, abstrato-concreto, singular-particular-universal, além da mediação. Isto quer dizer, em linhas gerais, que o caminho da aparência dos fenômenos à sua essência, ou do conhecimento imediato ao mediato, é, sobretudo, um caminho que busca as muitas e articuladas mediações de tudo que, de forma interconectada, existe. Neste caminho, identificar o que é singular, particular e o que é universal no fenômeno se constitui como “ferramenta para o pensamento em seu desafio de apreensão do real” (Pasqualini, 2020, p. 5).

Pasqualini (2020) nos lembra, a partir de Lukács, que o singular, o particular e o universal não encerram pontos de vista sobre o fenômeno, mas uma propriedade objetiva, “dimensões que coexistem no fenômeno, cuja captação perseguimos pela via do pensamento” (Pasqualini, 2020, p.5).

Por singularidade entende-se o fenômeno, objeto ou processo em sua manifestação única, individual e irrepitível, aquele pode ser verificado em sua forma empírica e imediata. Cada ser ou objeto é singular na medida em que é único. Cada serviço e atividade em uma biblioteca são singulares, assim como são singulares cada biblioteca e seus usuários, bibliotecários e mediadores.

O modo de existir dos fenômenos, por sua vez, se dá como desdobramento de relações gerais regidas por regularidades, ou leis gerais, que determinam e regulam a existência do fenômeno no mundo objetivo (Pasqualini, 2020). Essa regularidade faz com que o singular contenha traços essenciais válidos para todos os fenômenos daquele “tipo” e que podem ser pensados como universais, aquilo que se repete através do múltiplo, do diverso, do individual (Rosental; Straks, 1960). Possibilitar que a produção intelectual registrada seja acumulada e acessada historicamente pela humanidade pode ser compreendido como um traço universal de todas as bibliotecas.

A concretização do universal na singularidade tem como mediador fundamental o particular, a partir do qual se expressam as especificidades pelas quais a singularidade se institui em determinada realidade, ou seja, “sob determinadas condições” (Pasqualini, Martins, 2015 p. 365). O particular, neste sentido, nos revela a relação do “aparente, singular ou contingente com o processo mais compreensivo que o determina” (Ciavatta, 2001, p. 362).

Embora as atividades de mediação da leitura não possam ser pensadas de maneira genérica, tendo em vista serem singulares, estas se expressam de um modo particular, isto é, através de práticas compartilhadas por sujeitos leitores e mediadores que dividem um mesmo espaço-tempo; práticas que materializam, recorrentemente, um jeito de formar leitores nas bibliotecas brasileiras³.

Um traço particular da mediação da leitura em bibliotecas públicas, escolares e comunitárias, historicamente, é sua realização em atividades que incluem desde rodas de leitura, “hora do conto”, oficinas de desenho, conversas sobre diferentes temas, até apresentações cênicas, exercícios de criação artística, projeções de filmes, feiras e exposições de livros, murais (Rasteli, 2013; Bortolin; Gomes, 2011) e as recentes iniciativas nas plataformas de mídias sociais. A mediação bibliotecária para a formação de leitores é, portanto, vasta e muitas vezes se manifesta como animação cultural.

Implícita ou explicitamente, modos particulares de expressão da mediação da leitura em bibliotecas brasileiras refletem concepções e representações da leitura, norteadoras de sua “promoção”, como demonstram Farias (2018a) e Britto (2003). Dentre elas estão a compreensão de que ler, por si, é um “hábito” bom que deve ser desenvolvido; o entendimento de que a promoção da leitura se sustenta na promessa de prazer imediato; de que é possível tornar a leitura mais “palatável”, sobretudo a partir da inserção de outras linguagens artísticas, como a música, o cinema e o teatro;

³ Esta particularidade pode ser apreendida em algumas pesquisas sobre mediação em bibliotecas públicas, tais como as de Rasteli (2013; 2019).

de que o gosto dos leitores é individual e deve ser priorizado, orientando a ação mediadora.

Em suas muitas tentativas de atuação e a título de incentivo à leitura, as bibliotecas brasileiras, especialmente as públicas, promovem atividades diversas, em que, muitas vezes, poucas relações podem ser estabelecidas com livros, leitura, pesquisa e formação.

Descolando-se de seu objeto – livros, materiais de leitura, cultura escrita – e de temas a ele atinentes, muitas vezes acreditamos contribuir com a formação de leitores de maneira “mais leve”, mais prazerosa, mais lúdica, mais rápida e até mesmo mais inclusiva, desinvestindo suas formas de realização do caráter de trabalho simbólico com perspectivas formativas delineadas em torno do acesso ao conhecimento e às narrativas produzidos e registrados pela humanidade ao longo do tempo.

É importante ressaltar que tudo o que contribui para a ampliação do repertório simbólico das pessoas e para seu desenvolvimento integral constitui, inegavelmente, seu processo formativo e, conseqüentemente, reverbera em sua experiência com a leitura. No entanto, a predominância de atividades mais próximas da animação cultural em detrimento das ancoradas no livro e na leitura pode afastar as bibliotecas de sua função marcadamente política: a promoção da participação na cultura escrita pelos indivíduos, sobretudo aqueles dela sistematicamente excluídos.

Se entendemos, de um ponto de vista dialético, a cultura escrita em nossa sociedade como historicamente determinada e historicamente determinante das formas que assumem as relações capital-trabalho, temos que suas práticas e produtos são, hegemonicamente, organizados pela lógica marcadamente desumanizadora do capital ou pelas *mediações de segunda ordem*. Isto faz com que a leitura e a escrita sejam atividades ontologicamente criadoras (humanizadoras) ao mesmo tempo que suas formas de realização - e de interdição - sejam convertidas em renovados mecanismos de ajuste sistêmico do capitalismo, ou seja, “funcionais às pretensões de reprodução simbólica [e material] e de manutenção da ordem social” (Zapata; Castrillon, 2009, p. 82, tradução nossa).

Assim, em uma sociedade de classes, em que a produção do conhecimento, o acesso a ele e sua apropriação se expressam essencialmente como relações de poder, a participação na cultura escrita, que mais que as habilidades de ler e escrever tem como exigência a compreensão de seus usos e valor social, torna-se o compromisso ético-político universal de uma biblioteca comprometida com a realização e emancipação humanas.

A compreensão que confere à leitura o caráter de lazer e distração e conta com grande adesão no Brasil e com a recusa, sob a denúncia de elitismo e de anacronismo, de sua crítica, carece de um olhar mais aproximado pelos discursos sobre e práticas de mediação, com os muitos significados que o termo tem designado atualmente.

A visada do prazer imediato, que muitos conferem à leitura como promessa de recompensa pelo tempo a ela dedicado, merece atenção, uma vez que comumente sustenta discursos sobre as bibliotecas e orienta sua ação. A aproximação entre leitura e prazer, muito comum na abordagem do tema, lida com a ideia de diversão e entretenimento, tendo nos livros e em suas narrativas formas para preencher o tempo nos momentos de lazer. Aos livros e até mesmo em substituição a eles, sob a justificativa de mediação, agregam-se as mais diversas atividades para convidar as pessoas a ler, de um jeito considerado mais atraente, menos trabalhoso e “mais leve”, criando os primeiros contatos entre possíveis usuários, movidos pela programação, e sua promessa de leveza, e a biblioteca.

Orientadas para o lazer e a diversão, a leitura e a biblioteca podem encontrar acolhida na “ideologia da facilidade, rapidez na captação da mensagem, confisco do tempo de reflexão [que] dominam e passam a impregnar a cultura e a educação através da simbiose entre mídia e indústria cultural”, apontada por Matos (2006, p.15-16), num sistema que visa, antes de qualquer coisa, um público consumidor de entretenimento. A ideia subjacente de mediação serve com presteza à engrenagem da produtividade e da sensação de dever cumprido, uma vez que as estatísticas apontam o sucesso de atividades e eventos nas bibliotecas.

O que parece estar resolvido em amplo e difuso entendimento de mediação da leitura revela a compreensão que uma biblioteca tem de sua função, além de modelar expectativas em torno da leitura e da ação bibliotecária.

Na ordem do entretenimento e do atendimento imediato às demandas produzidas pela indústria cultural, que geram estatísticas e visibilidade, justificando economicamente o investimento em equipamentos públicos, em suas muitas frentes e formas de realização, há as bibliotecas que se organizam pelo que entendem ser atrativo e mais “fácil” para seus usuários.

Berardinelli (2016) oferece-nos uma chave para problematizar a efetividade de atividades que, em detrimento de uma experiência com os livros e sua leitura mesma, se dedicam à transformação de uma coisa – poesia, no caso citado – em outra, pretendendo tornar mais acessível e divertida sua aproximação com o público.

Consumir uma noite literária pública é mais fácil que consumir, ou seja, ler e entender, um livro. Os livros são distribuídos triunfalmente pelos jornais. Mas quem distribui o tempo e o hábito para lê-los? Por que a venda dos livros de poesia permanece estável em níveis baixíssimos, mesmo que há décadas as leituras públicas de poesia sejam tão cheias? É lícito pensar que o como prevalece sobre o quê. A forma do consumo efêmero e rápido, a transformação da mais complexa cultura em um espetáculo de uma noite, reduz o chamado patrimônio cultural em pó dourado e em vago aroma. Que relação existirá entre a frequência dos estímulos culturais e a capacidade de assimilação? (Berardinelli, 2016, p. 120-121)

A preocupação apresentada pelo autor pode parecer obsoleta, uma vez que os movimentos para a democratização do acesso à leitura literária, uma das principais

frentes de ação das bibliotecas públicas, reivindicam múltiplas mediações, mas um olhar atento põe em xeque a efetividade das ações compreendidas como pontes de aproximação e de facilitação, de entretenimento e de diversão. Dito de outra maneira, que ofertas e convites as atividades de aproximação propostas como mediações são ou têm chance de se mostrar efetivas em um projeto de formação de leitores?

As demandas e predileções dos usuários como norte dos investimentos voltados à promoção da leitura também requer maior problematização, uma vez que o gosto não é uma expressão puramente espontânea de leitores, mas se constitui em um movimento tanto de criação quanto de incorporação de disposições (Bourdieu, 2001) e que, especialmente no neoliberalismo, se converte em estratégia sofisticada de produção de sujeitos ajustados não pela força, mas pelo dispositivo do desejável, como afirma Britto (2012):

o gosto não é a manifestação de determinações biológicas ou genéticas nem fruto de uma aprendizagem autodirigida e imanente; gosto se aprende, se muda, se cria, se ensina. Trata-se de uma questão delicada e tensa, uma vez que ninguém tem a verdade do gosto e do bom, as escolhas e as avaliações são sempre processos conflituosos, com múltiplas dimensões; mas é certo que, a sociedade massificada, a afirmação pura e simples da legitimidade do gosto espontâneo é, de fato submissão à ordem da produção cultural alienada e alienante. (Britto, 2012, p. 30)

A mediação, neste caso, seria a atuação em favor do atendimento de demandas, tanto as de diversão e de busca de respostas pelos frequentadores do espaço, quanto as que, subliminarmente, orientam a biblioteca. Em resumo, ela teria como eixo o atendimento a necessidades imediatas, oferecendo pontes facilitadoras para a leitura e para a pesquisa, confirmando visões de mundo com a oferta de títulos e abordagens semelhantes às que agradam aos leitores, criando versões mais acessíveis e resumidas de obras que exigem dedicação em sua leitura. A biblioteca atuaria para a manutenção da ordem existente, tendo em seu horizonte a oferta de respostas harmônicas, que conformem e confirmem as perguntas de sempre, sem problematizar suas proposições.

Sem desconsiderar, evidentemente, o que os usuários desejam ou lhes afetam no encontro com a biblioteca ou na escolha de títulos, a mediação da leitura que visa o conhecimento mediato pode ser pensada antes como

una práctica que siempre debe “ir más allá” y desplegar una clara voluntad de promover y ampliar el acceso de las personas a la cultura escrita, ayudándolas a cuestionar los órdenes simbólicos que limitan su experiencia consigo mismos, con otros y con el mundo (Zapata; Castrillon, 2009, p. 82)

Muito além da diversão temporária de uma história contada ou da satisfação de uma pergunta devidamente respondida, porque previamente organizada, a biblioteca para o desenvolvimento humano tem como exigência um projeto de formação que permita às pessoas, independentemente de sua faixa etária, escolaridade ou pertencimento social, o desejo de conhecer, as condições para saber sobre o mundo, o tempo e o

espaço em que vivemos, sobre as relações de que participamos. E, principalmente, para descobrir que cada autoria guarda marcas objetivas, perspectivas de observação, pertencimentos sociopolíticos e disputas de poder e para que cada sujeito compreenda a si como um ser histórico e síntese de muitas relações sociais. O acesso a essas possibilidades e a criação de condições para que elas sejam consideradas e apropriadas estão na base da mediação como experiência dialética, que lida com o conhecimento e com sua apropriação na esfera da história, de seus conflitos e interesses, tanto na produção, quanto na circulação e no acesso.

Assim, a promessa de prazer, antes simulada pelas ofertas elaboradas e filtradas pelo outro a partir do atendimento de demandas em uma concepção de biblioteca, encontra outras mediações, que têm como orientação a construção de experiências artístico-culturais e intelectuais na busca, também construída, de compreensão de nossas existências e de nossa historicidade, individuais e coletivas, sempre parte de um todo em formação e tensão. A formação do leitor é também a formação de um sujeito que se reconhece como sujeito histórico, determinado por relações sociais, econômicas e culturais e que, mais do que ler, compreende o que significa estar inserido na cultura escrita (Farias, 2018b.).

Criar as condições para a formação de leitores que se disponham a esses processos, com entendimento singular da relação entre leitura e prazer, exige trabalho e tempo, pois esse prazer não se estabelece somente pelo conteúdo do que se lê, mas pela apropriação lenta e perene de um sistema simbólico que amplia maneiras de compreender o mundo em sua complexidade por meio da cultura escrita, desorganizando-o em função de novas organizações. Para além da história contada, o prazer da leitura está na junção de forma e conteúdo, na compreensão do que se faz quando se lê.

Nessa perspectiva, a leitura pode ser prazerosa porque se realiza a partir das experiências do sujeito, que se alteram pelo acesso a distintas ideias, diversos sistemas de pensamento, narrativas que contam histórias com muitas vozes e registros de fabulação, contradições que se expõem sem invalidar visões de mundo, mas considerando a existência de conflitos como convocação para o pensamento.

Na contramão dos retornos imediatos, a mediação dialética da leitura, movida pela elaboração de perguntas mais que pela oferta de respostas, implica a biblioteca, especialmente a pública, como espaços de deslocamento simbólico, dúvida e questionamento, sobretudo das verdades óbvias, imediatas.

O CONHECIMENTO MEDIATO

No livro *Zoom*, é somente quando uma imagem “nega” a anterior, superando-a sem suprimi-la, quando as relações entre os objetos se ampliam e há um estranhamento/reconhecimento de uma nova situação que o leitor pode compreender o todo que metaforicamente traz a narrativa. Assim, o que era à primeira vista uma fazenda, ao se transformar em um brinquedo e, posteriormente, se revelar como um

anúncio que, na verdade, não passava da imagem de um selo implica, o tempo todo, em uma transformação não apenas da narrativa, mas principalmente do próprio modo como a lemos.

Com as ilustrações coloridas sempre à frente e o verso de cada página completamente preto, o livro, ao simular um movimento de *zooming*, leva o leitor a desconfiar do seu conhecimento imediato e a refazer as suas impressões. Isto é possível, especialmente porque Banyai joga fundamentalmente com as dimensões do real revelando-o como complexo de muitos complexos e evidenciando que a “verdade” da história (ou o “todo”) somente se realiza e pode ser acessada pelos vínculos internos, suas articulações e contradições.

Dessa maneira, o percurso construído pelo livro exige uma alteração da própria forma de perceber, de pensar e de apreender o que podemos chamar de muitas “mediações” entre as imagens, para que, ao fim, seja possível perceber na multiplicidade uma unidade ou, em termos marxianos, a “síntese de múltiplas determinações”.

A prática mediadora que tem em vista o conhecimento mediato e a emancipação não se confunde com outros tipos de mediação, tais como os promovidos pela indústria cultural, pois ela, ao invés de filtrar e delimitar a realidade para os sujeitos, é capaz continuamente de expandi-la. Assim como no livro de Banyai, a construção do conhecimento mediato requer a síntese dialética entre percepções e visões de mundo distintas e conflitantes, pontos de vista, informações e fontes díspares, contraditórias e complementares. Sem almejar reforçar consensos, instiga o questionamento e a inquietação diante do mundo, criando condições para a dúvida sistemática, a fruição da beleza e o encontro crítico com interpretações e representações.

Dito de forma mais ampla, tais mediações se orientam para uma crescente ampliação da consciência do mundo, de si e da História, um jeito de fazer experiência, de pensar, como professa Theodor Adorno:

Aquilo que caracteriza propriamente a consciência é o pensar em relação à realidade, ao conteúdo – a relação entre formas e estruturas de pensamento do sujeito e aquilo que este não é. Este sentido mais profundo de consciência ou faculdade de pensar não é apenas o desenvolvimento lógico formal, mas ele corresponde literalmente à capacidade de fazer experiências. Eu diria que pensar é o mesmo que fazer experiências intelectuais. Nesta medida e nos termos que procuramos expor, a educação para a experiência é idêntica à educação para a emancipação. (Adorno, 1995, p. 151)

Assim, a construção de bibliotecas comprometidas com o desenvolvimento humano tem como condição o pensamento como convite para a experiência e a experiência como convite para o pensamento.

A mediação da leitura que destacamos aqui opera, neste sentido, com o próprio estímulo ao olhar e à postura dialéticos, tanto por parte de leitores quanto por parte de mediadores.

A disposição ao pensamento dialético é, certamente, um grande desafio inerente à *desalienação das mediações* no tempo presente, quando se difundem e se estabilizam não apenas visões únicas, parciais, dogmáticas e a-históricas do real e do conhecimento, mas, sobretudo, quando se legitima, especialmente a partir da informatização das atividades, uma lógica simplista – fundamentalmente binária – de formulação do pensamento, que atende às cada vez mais sofisticadas estratégias para previsão e controle do comportamento humano.

Lenta e demorada, porque constante e não linear, e sem ponto de chegada, a mediação dialética da leitura convoca para a especulação da vida, para além da realização da existência pragmática, que insere o indivíduo no tempo imediato da produção, tirando dele a possibilidade de indagação, o desejo pelo conhecimento do que nos faz humanos e também do que nos impossibilita a humanidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A promoção da participação das pessoas na cultura escrita, que guarda as narrativas e conhecimentos produzidos e registrados pela letra ao longo do tempo e do espaço, além de possibilitar a inserção de novas e diversas vozes nesse imenso acervo, se apresenta como o desafio permanente das bibliotecas públicas com o qual estão implicadas historicamente as atividades de mediação da leitura. Um projeto político fundamentado no desenvolvimento humano e na emancipação, a partir da mediação, pode ser viabilizado, neste sentido, nas condições que as bibliotecas produzem para que seus usuários se compreendam e a seu tempo, espaço e relações a partir da participação na cultura escrita, da qual são sistematicamente excluídos inúmeros indivíduos.

O principal compromisso das mediações em uma biblioteca pública não se restringiria, assim, ao atendimento da demanda imediata dos leitores, devendo se sustentar, sem receitas prévias, na oferta às pessoas, sejam elas crianças, jovens ou adultos, de possibilidades de compreensão, indagação e intervenção no mundo, a partir dos livros e das letras, e das possibilidades que eles abrem para o deslocamento simbólico que retira os sujeitos do imediato da vida e para a construção do conhecimento mediato. A mediação da leitura por esta abordagem está vinculada à construção de atuações que tenham como objetivo último a formação de pessoas que se compreendam e se realizem, individual e coletivamente, à possibilidade do “pensamento que pensa o pensamento”.

Na base desse convite estão as mediações, que podem se apresentar como ponte para elaborações e abordagens previamente estabelecidas para o atendimento uniforme de situações e pessoas diversas ou como experimentação de caminhos que permitam colocar em marcha projetos de formação intelectual e de indagação e intervenção no mundo.

Neste caminho estão implicados os currículos dos cursos de Biblioteconomia, em sua tarefa permanente de contemplar seu objeto em sua concretude social, política,

histórica, técnica, econômica, cultural e ontológica; a pesquisa na área, ampliando e aprofundando o diálogo entre distintos campos do conhecimento; e a Ciência da Informação, como campo de exposição e de problematização permanentes dos interesses econômicos, políticos e sociais que ancoram, sorrateira e imperceptivelmente, nossa vida.

A visada dissonante, que desorganiza uma ideia de biblioteca e uma forma de atuação profissional já consolidada, não se mostra tarefa fácil, especialmente em um momento histórico de ampliação das formas de subordinação das pessoas ao capital, em que o trabalho e a educação se precarizam e distintas esferas e práticas da existência se convertem em meios para a acumulação.

Em seu horizonte, contudo, está a construção de tempos e vidas mais justos para todas as pessoas.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Telmo. Mediação (Pedagógica). 2010. Em: SREECK, Danilo. REDIN, Euclides. ZITKOSKI, Jaime José (org.). *Dicionário Paulo Freire*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, p. 256-257.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação: um conceito atualizado. 2015. Em: BORTOLIN, Sueli; SANTOS NETO, João Arlindo; SILVA, Rovilson José da (Orgs.). *Mediação oral da informação e da leitura*. Londrina: ABECIN, p. 09-32.

ADORNO, Theodor W. 1995. *Educação e emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

BANYAI, Istvan. 1995. *Zoom*. São Paulo: Brinque-Book.

BERARDINELLI, Alfonso. 2016. *Direita e esquerda na literatura*. Belo Horizonte: Âyinê.

BORTOLIN, Sueli; GOMES, Luciano Ferreira. 2011. Biblioteca Escolar e a Mediação da Leitura, *Semina: Ciências Sociais e Humanas*, v. 32, n. 2, p. 157-170.

BOURDIEU, Pierre. 2002. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

BRITO, Regina Garcia. 2020. Mediação da leitura em bibliotecas: aproximação às especificidades da leitura literária. *Revista Entreletras*, vol. 11, no. 2, p. 57- 74.

BRITTO, Luiz Percival Leme. 2009. *Contra o consenso: cultura escrita, educação e participação*. Campinas: Mercado das Letras.

BRITTO, Luiz Percival Leme. 2012. Leitura: acepções, sentido e valor. *Nuances: estudos sobre Educação*, v. 21, n. 22, p. 18-31.

CIAVATTA, Maria. 2001. O conhecimento histórico e o problema teórico-metodológico das mediações. Em: GAUDÊNCIO Frigotto; CIAVATTA, Maria (Orgs.). *Teoria e educação no labirinto do capital*, 2 ed. Petrópolis: Vozes, p. 121-144.

COELHO, Teixeira. 1999. *Dicionário crítico de política e ação cultural: cultura e imaginário*. 2. ed. São Paulo: Iluminuras.

DAVALLON, Jean. 2012. Mediação: a comunicação em processo? *Prisma* [em linha]. 2012, n. 4, p. 4-37, 2007. [Acesso em: 05 mar. 2022]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/61109>

FARIAS, Fabíola Ribeiro. 2018. *O leitor e a leitura revelados pela Retratos da Leitura no Brasil*. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Belo Horizonte, MG: Universidade Federal de Minas Gerais.

FARIAS, Fabíola Ribeiro. 2018b. A educação literária de adolescentes e jovens no contexto da biblioteca escolar. *Revista Letras Raras* [em linha], 2018. v.7, n.3, p. 177-193. Acesso em: 04 mar. 2022]. Disponível em: <http://revistas.ufcg.edu.br/ch/index.php/RLR/article/view/1211>

GOMES, Henriette Ferreira. 2020. Mediação da Informação e suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política: um fundamento da Ciência da Informação em favor do protagonismo social. *Informação & Sociedade*, v. 30, p. 1-23.

GUNN, Richard. 1987. Marxism and mediation. *Common Sense*, n. 2, p.1-11.

FLUSSER, Victor. 1980. Uma biblioteca verdadeiramente pública. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UMFG*, v.9, n.2, p. 131-138.

JACOB, Christian. Prefácio. Em: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (orgs.). 2008. *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidentes*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

LINDEN, Sophie Van der. 2011. *Para ler o livro ilustrado*. São Paulo: Cosac Naify.

MARX, Karl. 2008. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular.

MARTINS, Ana Amélia Lage. 2019. Mediação: categoria lógica, ontológica e metodológica. *Investigación Bibliotecologica*, v.33, n. 80, p. 133-154.

MARTINS, Ana Amélia Lage. 2020. Mediação dialética: questões para construção e compreensão dos objetos informacionais. Em: SÁ, Jéssica Patrícia da Silva; BARBOSA, Andreza Gonçalves; COSTA, Maria Elizabeth de Oliveira; SANTA ANNA, Jorge. *Fundamentos e práticas da mediação no contexto informacional*. Belo Horizonte: ABMG, p. 35-40.

- MARTINS, Ana Amélia Lage; MARTELETO, Regina. 2021. Mediações: sentidos sócio-históricos. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 26, n.1, p. 174-196.
- MATOS, Olgária. 2006. *Discretas esperanças: reflexões filosóficas sobre o mundo contemporâneo*. São Paulo: Nova Alexandria.
- MÉSZÁROS, Istvan. 2002. *Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo.
- PASQUALINI, Juliana Campregher. 2020. Dialética singular-particular-universal e sua expressão na pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. *Revista Simbologias*, v. 12, n. 17, p. 1-16.
- PASQUALINI, J. C.; MARTINS, L. M. 2015. Dialética singular-particular-universal: implicações do método materialista dialético para a Psicologia. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 362-371.
- PONTES, Reinaldo Nobre. 1996. A categoria de mediação em face do processo de intervenção do serviço social. *Cadernos Técnicos do Sesi Cni [em linha]*. 1996. p. 1-23. [Acesso em 28 jan. 2021]. Disponível em: <http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/rafaela.ribeiro/instrumentos-e-tecnicas-de-intervencao/pontes-r-mediacao-e-servico-social>
- RASTELI, Alessandro; CAVALCANTI, Lídia. 2014. Mediação cultural e apropriação da informação em bibliotecas públicas. *Encontros Bibli*, v. 19, n. 39, p. 43-58.
- RASTELI, Alessandro. 2013. *Mediação da leitura em bibliotecas públicas*. 2013. 170 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Marília, SP: Universidade Estadual Paulista, Marília.
- RASTELI, Alessandro. *Mediação cultural em bibliotecas: contribuições conceituais*. 2019. Tese. (Doutorado em Ciência da Informação). Marília, SP: Universidade Estadual Paulista, Marília.
- ROSENTAL, Mark Moisevich; STRAKS, G.M. 1960. *Categorías del materialismo dialectico*. Ciudad de Mexico: Grijalbo.
- SPERRY, Suzana. 1987. Animação cultural em bibliotecas: quando? Como? Onde? *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 20, v. 1, p. 13-30.
- SAVIANI, Demerval; DUARTE, Newton. 2010. A formação humana na perspectiva histórica-ontológica. *Revista Brasileira de Educação [em linha]*. 2010. v.15, n. 45. [Acesso em 29 de jan. 2021]. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n45/02>
- ZAPATA, Didier Alvarez; CASTRILLON, Silvia. 2009. De la mediación de la lectura o de cómo “ir más allá”. Em: BERNAL, Inés Miret; ARMENDANO, Cristina (Orgs.). *Lectura y bibliotecas escolares*. Madrid: OEI, p. 83-92.